



As Muralhas Invisíveis da Babilônia Moderna

Esta exposição é inspirada em meu trabalho de pesquisa que tratou da questão da história Urbana cruzada com a literatura.

Do ponto de vista de nós, historiadores, a metrópole moderna é um fenômeno facilmente datável: de final do século XVIII e basicamente do século XIX e XX. Ela é filha direta da revolução industrial, e a sua característica, é uma feição tumultuada engendrada pelo próprio processo de crescimento da civilização industrial. Este caráter tumultuado deu início a um gigantismo do crescimento urbano, imprevisto e imprevisível pela experiência humana, que colocou logo de início os homens, que viveram esta experiência numa situação bastante incômoda, na condição de participarem criticamente de um fenômeno sobre o qual não tinham um saber elaborado.

Este saber elaborado se organiza sobretudo num segundo momento da mesma experiência industrial, em torno daquilo que foi chamado de Segunda Revolução Industrial, nos meados do séc. XIX. Quando então, se procura contornar, controlar o crescimento, das metrópoles, a partir da elaboração de um conhecimento científico, que seria anteriormente denominado planejamento, planejamento urbano ou simplesmente urbanismo. Essa introdução de uma visão científica no trato da questão da cidade é simultânea à introdução do saber científico na própria prática da produção industrial, com o desenvolvimento da química, da física moderna, da metalurgia moderna. Enfim de todas as ciências ligadas ao estilo industrial que nasce, a partir de 1870, ligado aos grandes complexos de economia em escala.

A grande questão que me ponho para compreender o fenômeno da metrópole moderna, é uma questão estranha à própria metrópole moderna que é a questão da muralha. A metrópole moderna tem esta característica, ela difere das cidades anteriores justamente por que não tem muralhas. O que me parece no entanto, é que as muralhas não desapareceram, o que houve é que elas perderam a sua visibilidade. Portanto eu gostaria de falar nesta exposição sobre as muralhas invisíveis desta metrópole moderna.

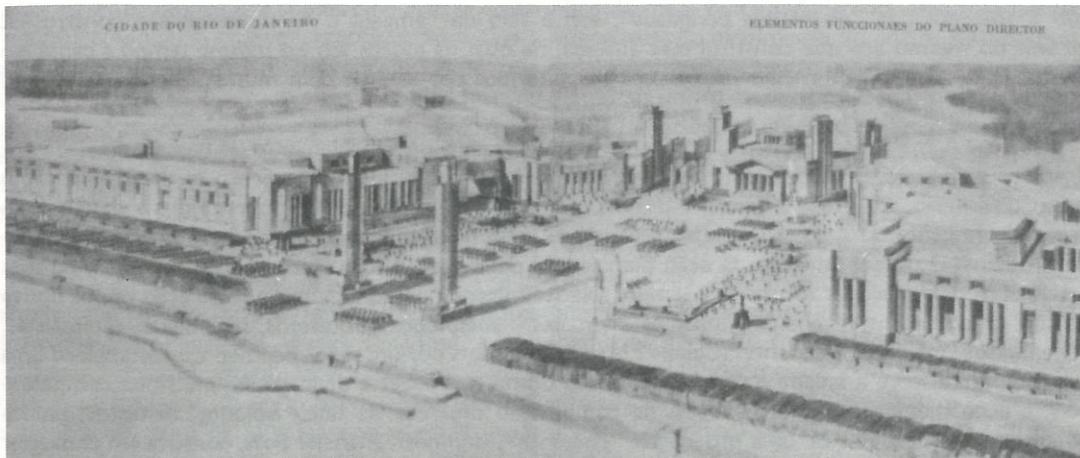
A muralha é uma presença fundamental na cidade antiga, desde que a experiência urbanística na nossa civilização começou. Ela não só simboliza a cidade, como ela é anterior a própria cidade. A cidade só existe se houver a muralha dentro da qual ela se torna possível. A cidade é o fenômeno de uma civilização que se sedentariza, ela é a própria marca da sedentarização. E portanto esta civilização já assinala, por isso mesmo, um contraste com as civilizações nômades ou pastoris. Neste sentido a sua sedentarização só pode se fazer ao custo do isolamento de um terreno, que não pode ser mais alvo dos ataques dos diversos povos nômades, ela então tem que tornar-se uma cidade defensiva. Nesse caso, os muros é que dão a possibilidade de existência da cidade, ela aparece em função das muralhas, tanto assim que normalmente ela é o aspecto mais notável da cidade.

Lembremos o caso de Babilônia, a referência urbana por excelência do mundo oriental, assim como Roma o é do ocidente. Babilônia era conhecida por ser a cidade das 7 muralhas. O que nos lembra, pelo fato do número ser 7, que se trata não só de uma questão de segurança militar, mas também de uma segurança mítica ou mística. O número 7 é um número místico. E a idéia de formar-se uma cidade com 7 muralhas destinava-se a que ela fosse também uma defesa em relação aos demônios externos e aos deuses de outras comunidades, outras civilizações.

Neste sentido, a muralha define um espaço privilegiado, um espaço de eleição, um espaço muito especial. Babilônia considerava-se a si mesma o umbigo do mundo. O umbigo que ligava o céu e a terra. Portanto ele é o próprio princípio de toda a civilização na face da terra. O mesmo sentido nós encontramos em Jerusalém, modelada a partir da própria Babilônia, também contando com 7 muralhas. Em Jerusalém o 7º portão é o dos venenos. O nº 7, é um número místico como já disse, mas também é um número aziago. Somente em circunstâncias muito especiais, aquele portão podia ser usado. O que reforça a questão simbólica da muralha, dentro de uma civilização que colocamos na nossa própria raiz civilizacional, a civilização judaico-cristã.

R.J. — Foto de 1916
Praias do Russel e Flamengo.





Ilustrações retiradas do livro "Cidade do Rio de Janeiro — Remodelação, Extensão e Embelezamento. 1926-30. Prefeitura do Distrito Federal. Direção Geral: Alfred Agache". (Arquivo Unicamp)

No caso da China, temos algo mais fascinante, não só uma cidade que nasceu de uma muralha, mas um império inteiro, que quiz se ocultar por trás de uma muralha. Não uma muralha que protege uma cidade, mas uma muralha que protege um império.

Dentre os casos mais significativos, de circunstância histórica relacionadas à cidade e às muralhas, temos no ocidente o caso de Atenas no período da guerra do Peloponeso em que as populações, durante o ataque de Esparta, acorreram à cidade. A cidade mal comportava a todos e por causa disto mesmo, vão ocorrer uma série de pestilências que matariam boa parte da população da cidade e minariam a resistência dos atenienses frente aos espartanos.

Isso nos leva a outro dado significativo. A questão de que os integrantes da cidade se identificavam com ela e identificavam sua própria existência com a cidade e as muralhas. A civilização só existiria se as muralhas fossem capazes de defendê-la. Uma vez que esta civilização é colocada em xeque por outros povos ela só sobrevive se as muralhas forem suficientes para que todos, ali dentro, possam resistir. A resistência é feita ombro à ombro, de igual à igual. Todo cidadão se nivela na necessidade de defesa. Portanto a cidade e a muralha criam a própria idéia da identidade comunitária.

Para se ter uma idéia de como as muralhas estão indissociavelmente vinculadas à imagem da cidade, seria curioso evocarmos a fisionomia das cidades imaginárias. São cidades espirituais que se encontram num espaço encantado, livres de todo mal, de toda dor e de qualquer inimigo. Nada portanto as ameaça, nenhuma força estranha e hostil pode sequer chegar até elas. E no entanto, lá estão as muralhas, quer pensemos na Xanadú dos contos orientais ou na Jerusalém Celeste dos apocalipses cristãos. O que comprova o caráter simbólico daquelas paredes, seu sentido mítico, destinado a distinguir simultaneamente uma identidade e uma alteridade.

Nas utopias modernas esse fenômeno se mantém e se acentua, assumindo um sentido cada vez mais introvertido. Lembremo-nos dos Falanstérios, as comunidades ideais, utilitárias e felizes de Fourier, que vicejam e se reproduzem rigorosamente emparedadas. Ou das cidades de Thomas Owen, organizadas como gigantescas cooperativas industriais, cuja arquitetura é toda inspirada nos galpões, nas paredes, muros e cercas que constroem uma blindagem premeditadamente isoladora do mundo do trabalho nas fábricas. Fábricas essas que são os sucedâneos dos mosteiros e os moldes das escolas, e em que o isolamento visado é tanto no sentido externo quanto no interno. Numa versão completamente intelectualizada, esse é o mesmo substrato da Castália de Herman Hesse que reproduz a imagem elitista e segregacionista que palpita sob a concepção da Universidade.

Ebezener Howard deu um passo adiante no processo de dissolução material das muralhas, ao conceber as suas Cidades-Jardins. A idéia do cinturão-verde sem dúvida suaviza a rigidez e a frieza das pedras com o encanto das flores. Mas o sentido original permanece intacto. O objetivo desses muros-vivos é tanto o de limitar e impedir o crescimento das comunidades, impondo a primazia dos controles, quanto impedir o acesso e a assimilação do "estranhos" ao espaço reservado. O passo final seria dado por Frank Lloyd Wright, que foi quem percebeu mais agudamente o sentido difuso do urbanismo moderno. Sua Cidade dos Acres Amplos é toda baseada numa demarcação espacial precisa, rigorosamente quantificada. Nesse caso, as fronteiras físicas desaparecem por completo ao se traduzirem num limite matemático, numérico. As muralhas tendem a uma abstração total, mas absolutamente não somem: são introjetadas pela razão planejadora, medida de todas as coisas na civilização técnico-científica.

A sobrevivência conceitual e material das muralhas no planejamento moderno portanto, mantém o mesmo sentido original, reformulado num novo código que diferencia o espaço caótico do espaço planejado. Mas da mesma forma elas se erguem para garantir privilégios, preservar regalias, direitos e liberdades a alguns, enquanto, ao mesmo tempo, excluem os preteridos, os indesejáveis, os não-eleitos, os destituídos e os oprimidos. Por essa razão mesmo, esses últimos aparecem travestidos

sob a máscara dos “elementos perigosos”, sob o selo da “ameaça”. As muralhas são construídas através do mesmo ato que constitui essa ameaça, da qual os muros são ao mesmo tempo a causa e o efeito. Essa talvez seja a melhor razão para suspeitarmos das utopias com muros, quer sejam visíveis ou invisíveis.

A metrópole moderna portanto, filha do caos e do planejamento, já nasce assinalada por uma fissura indelével de onde brotarão as muralhas invisíveis. O planejamento se desenvolvendo a partir do interior do próprio caos, irá definir um centro em estado de desdobramento e alargamento espacial crescente. O caos definirá as fimbrias, os espaços opacos, periféricos e potencialmente descontrolados. O desdobramento da ação planejadora pode operar num espaço contínuo ou em bolsões articulados. De qualquer forma ela é sempre seletiva, discricionária, localizada. Essa ação nunca deriva de um único utopista, mas de múltiplos cientistas — sociólogos, arquitetos, higienistas, sanitaristas, engenheiros, médicos, assistentes sociais. Ela se orienta pois por um saber positivo que estabelece uma relação objetiva com a cidade e os seus cidadãos. Como esse saber é dividido em múltiplas competências, a ação planejadora é o resultado da composição orgânica de fatos isolados, distintos, porém congruentes e passíveis de uma ordenação “coerente”, unilinear. Planejar pois, consiste em converter o caos na identidade.

Existe portanto um saber sobre a cidade que orienta a ação planejadora, mas ele não está ao alcance do cidadão comum. Tal como seu próprio corpo, por sinal, em que os médicos diagnosticam problemas localizados e tratam segundo um saber inacessível ao paciente. A cidade está pois fora do controle do cidadão, tal como o corpo está fora do controle do paciente. Pior do que isso, assim como o paciente, por não conhecer a natureza e a extensão do seu mal, precisa ser controlado para não prejudicar a si mesmo — daí os tratamentos e as internações — assim também o cidadão. Não há uma instrução sobre a cidade, assim como só o há precariamente sobre o corpo. O cidadão comum não sabe como se estendem e organizam as redes de água, eletricidade, comunicações, etc. As intervenções da ação planejadora são difusas, arbitrarias e nunca suficientemente esclarecidas.

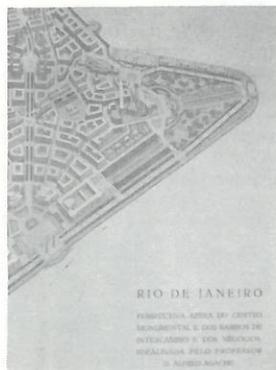
A cidade e seus habitantes aparecem para os técnicos planejadores antes de mais nada como um problema, assim como tudo que tende a escapar do controle e da previsibilidade, como os jovens, os desempregados, os desajustados de todo tipo. Mas nada, nem esse descontrole potencial pode furtar-se ao olhar planejador que tudo vê. O que nos remete a Kafka, o primeiro a indicar que a muralha é apenas uma preparação para o advento decisivo da torre: a muralha cerca e a torre organiza e vigia. Como a Babilônia mítica e a Torre de Babel. Ou como as múltiplas civilizações que conjugavam as muralhas e as pirâmides.

No interior desse quadro, a expressão cidade-jardim ganha um novo sentido: cidade-jardim-da-infância. A infantilização dos habitantes privados das informações decisivas e afastados dos mecanismos de tomada de decisões, os colocam como seres problemáticos e incapazes de cuidarem de si mesmos. A cidade aparece assim como um campo de observação, intervenção e ordenação por parte da elite técnica tutelar. Essa concepção tende a parecer legítima para a ótica elitista que a pressupõe pois, tal como foram constituídas, as metrópoles modernas são um grande problema e são potencialmente explosivas no interior da ordem que as engendrou e pretende mantê-las tal qual.

Tomando como exemplo a pesquisa que eu fiz sobre o Rio de Janeiro no período de 1900 a 1920, essas explorações teóricas podem ficar mais nítidas. Esse momento, diretamente assinalado pelo advento do regime republicano e pelo processo de consolidação das novas instituições, marcou a etapa decisiva de constituição da metrópole carioca na sua feição contemporânea. O conjunto de processos econômicos que estiveram por trás da transformação social e política do Brasil nesse período, pode ser percebido nas transações altamente especulativas do Encilhamento, da política emissionista, da regulamentação das sociedades anônimas e da intensa capitalização do mercado brasileiro com recursos externos maciços. Nos primeiros vinte e cinco anos do novo regime, os empréstimos públicos junto aos bancos ingleses cresceram cerca de 200% e assistiu-se à introdução de cerca de 2.000.000 de imigrantes no país. Os conceitos mais adequados para exprimir as transformações em curso na sociedade brasileira seriam certamente os de capitalização, aburguesamento e cosmopolitização.

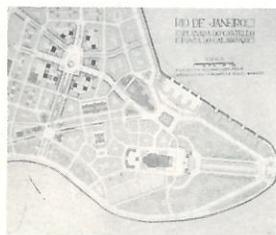
O polo mais fremente de todo esse processo de intensificação das relações capitalistas era justamente a cidade do Rio de Janeiro. E isso em vista particularmente da posição estratégica do seu porto, por onde fluía quase toda produção cafeeira do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista e por onde entrava o grosso das importações, redistribuídas por todo o país pelas redes ferroviária e de navegação articuladas com o porto do Rio de Janeiro. Ele se torna o terceiro porto em movimento no continente americano. Havia porém um limite inelutável para o otimismo que poderia derivar daí. O porto era antigo, estreito e muito raso, não permitindo a abordagem dos grandes transatlânticos, o que impunha um lento, complicado e oneroso sistema de transbordo das mercadorias para embarcações menores. Feito o que, não havia nem armazéns, nem espaço suficiente para estocagens ao longo do porto.

Isso obrigou o novo regime desde seus primeiros atos, a propor a reforma e modernização das instalações portuárias. Mas de nada adiantava aperfeiçoar o terminal marítimo, se após o desembarque as mercadorias teriam que ser distribuídas através do interior da cidade, por meio de



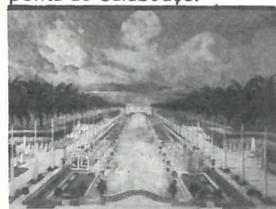
R.J. — Perspectiva aérea do centro monumental e dos bairros de intercâmbio e dos negócios.

46



R.J. — Esplanada do Castelo e ponta do Calabouço

R.J. — Espelho d'água nos Jardins projetadas na ponta do Calabouço.



ruelas estreitas, sinuosas e cheias de carroças e carrinhos de mão, numa cidade cuja estrutura básica era ainda colonial. A cidade tradicional bloqueava a intensidade do movimento do porto. Mais do que isso. Essa cidade abarrotada de gente humilde, que se concentrava no centro e nas proximidades do porto, era também muito perigosa: a qualquer momento um grito de motim fechava as rualas de barricadas e colocava tanto o porto quanto a sede do governo em xeque. Além do mais, a acumulação dessa gente destituída, precariamente amontoada nos velhos casarões do centro da cidade transformados em hospedarias baratas, era um foco permanente de reprodução das endemias que infestavam a cidade, assustando os estrangeiros, capitalistas, mercadores e trabalhadores, que preferiam então os cenários mais seguros e sadios do Canadá, Argentina e Estados Unidos.

Ávida dos recursos estrangeiros de que dependia diretamente a cafeicultura e a consolidação do regime, a nova elite se esforça por criar uma cidade-vitrine, cartão de visitas enganador mas capaz de atrair o capital e o trabalhador europeu, representando um ideal de civilização burguesa, estabilidade, segurança, saúde, solidez e identidade cosmopolita. Com esse fim, às obras de melhoria do porto seguem-se as de reurbanização da cidade, com a demolição dos casarões velhos e a abertura de largas avenidas — particularmente a Avenida Central — cercadas de edifícios com fachadas de mármore e cristal, no melhor estilo Art-Nouveau. O Prefeito Passos, ex-discípulo do Barão Hausman recebe carta branca, as demolições se iniciam e a multidão de moradores humildes do centro é toda expulsa, não lhes restando alternativa senão ir morar nos morros, em casebres improvisados de caixas de bacalhau e tetos de latas de querosene desdobradas. Outros irão para as áreas pantanosas ou para as periferias mais distantes.

No centro reurbanizado, “regenerado”, surge uma nova cidade, cheia de parques, praças, carros e lojas sofisticadas. Os palácios serviam como um espaço de ostentação da burguesia e as avenidas serviam como espaço de desfile, dessa mesma burguesia. As finalidades eram a de proporcionar aos membros da burguesia emergente, os pontos de encontro e contato, onde eles pudessem entabular os seus negócios.

Esta questão é bastante interessante. A partir do legado da urbe antiga, montou-se uma cidade burguesa por um planejamento na parte central, às custas da expulsão da população humilde. E ofereceu-se este espaço à burguesia, para que o ocupasse, pois era preciso oferecer do país uma imagem burguesa, uma imagem branca, uma imagem europeizada. Ocorre que essa gente que ascendeu à condição de burguesia, através das sucessivas negociatas econômicas, que marcaram o advento do regime republicano, particularmente, o Encilhamento, era uma gente rude e tosca, que mal sabia o que significava ser burguês. Era preciso portanto além de fazer uma cidade burguesa, ensinar a população, à qual ela era destinada, a ser burguesa.

Daí o desenvolvimento da crônica social nos jornais e das revistas mundanas, das revistas elegantes, que vão educar esta gente a ser burguesa. Ensinariam aos homens e às mulheres como se vestir, como se comportar em público, não se deve mascar fumo, não se deve cuspir no chão, não se deve sujar as botas. Assim por diante. Cria-se toda uma série de cerimônias novas. Como os cursos de carros, os **footings** na avenida, os **five-o-clock teas**, o **joquei club**, o **canil club**.

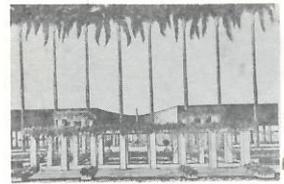
Aliás o **five-o-clock tea** tem outra função curiosa, era onde as moças eram educadas, era difícil educá-las no detalhe, na crônica social, porque o vestuário do período, vestuário **Art-Nouveau**, implicava uma série de detalhes bastante íntimos, que não podiam ser expostos pela imprensa. A rigor, também as moças não sabiam como usá-los. Quem sabia disto eram as prostitutas européias, francesas em particular. Então o **five-o-clock-tea** era o encontro social da alta burguesia carioca com as prostitutas francesas, que ensinavam as moças como usar as anquinhas, os porta-seios, as ... enfim! todos os apetrechos singulares do período.

Da mesma forma os homens, eram ensinados através de figurinos das revistas, o estilo (**smart**) e as mulheres o estilo das “melindrosas”. E cria-se então a imagem de uma burguesia. Uma burguesia em que as moças devem tocar piano e devem falar francês. Os homens devem usar monóculo e ser doutores. Os hábitos são acrescentados pela introdução da luz a gás e da luz elétrica, que permitem uma vida noturna bastante agitada, e uma sofisticação desta vivência burguesa. Cria-se portanto uma cidade nova, um cenário novo e coloca-se personagens novos dentro deste cenário, com um **script** novo também.

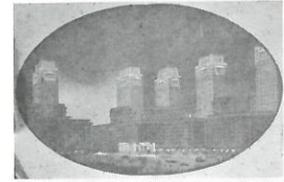
É essa, mais ou menos, a história do Rio de Janeiro. O que isso custou em termos sociais ficou lá em cima dos morros. Por exemplo, em 2 morros somente, o morro da favela e o morro de Santo Antonio. O morro da favela contava em 1910 com 219 barracos, e o Santo Antonio 450 barracos, somando as pessoas que moravam nesses barracos temos cerca de 5.000 pessoas, nesses dois morros apenas. O que dava uma média de 10 pessoas por barraco.

É o momento em que proliferam os cortiços, as casas de cômodos, as hospedarias populares, e os Zungas que eram hospedarias em que só se alugavam esteiras para que as pessoas dormissem no chão, às vezes famílias inteiras. Mas aí pergunta-se, o Rio, uma cidade de clima agradável, por que razão as pessoas não dormiam ao relento, não dormiam na rua? É que havia um forte esquema policial montado nesta cidade que é reservada a vivência burguesa.

Cria-se uma espécie de cinturão policial e todas as pessoas suspeitas que entram ali, são



R.J. — Trecho nos Jardins do Calabouço.



R.J. — Perspectiva da Praça do Castelo, centro principal dos negócios.



Casas dos morros da Zona Norte

imediatamente abordadas pela polícia e devem mostrar documentos que comprovem emprego e residência fixa. O que ninguém tem, pois há uma crise imobiliária criada pelo próprio governo que destruiu as habitações. E emprego fixo, que também não têm, pois o Rio passa nesse momento, por uma crise econômica drástica derivada ao mesmo tempo, da crise bancária, industrial e comercial de 1889 — 1906. E da crise criada pelo saneamento financeiro, a restrição imposta ao Campo Salles, pelo refinanciamento, pela nossa primeira renegociação da dívida externa.

Portanto não havia casas, não havia emprego, mas havia policiais que exigiam casa e emprego. O que significava o impedimento dessa população, que foi marginalizada, de circular no espaço interior da cidade. Cria-se com isso, também uma campanha, junto à imprensa, de caça aos mendigos. E cria-se uma parte especial nos jornais, chamada crônica do gatunagem, que acompanha as intervenções furtivas dessa gente exótica no interior do espaço aburguesado.

A delinqüência infantil é cuidadosamente estudada. Detecta-se por exemplo que 26% dos criminosos presos no período são menores, sendo do total 10% com menos de 15 anos. O alcoolismo cresce enormemente e também é controlado. O, mais interessante são os índices da alienação mental, de 1889 a 1898, portanto num espaço de 10 anos, houve um crescimento de 1.113% de internações no Hospício Nacional do Rio de Janeiro. Tendo sido necessário uma ampliação desse hospício para criar uma área especial, que é a área Pinel, destinado aos internos que não tinham condições de pagar a sua ... hospedagem.

As reações populares são muito fortes. Existe a criação de associações operárias, que no entanto eram muito precárias. As greves são intensas, as mais fortes são 1903 e 1917. Há os **meetings** populares, sobretudo no Largo São Francisco, que transbordavam pela cidade. Mas sobretudo são os grandes motins que marcam a emergência desta população no espaço urbano. Como a revolta do selo em 1902, a revolta da vacina e o "quebra-lâmpioes" de 1904.

De qualquer forma, o que nós apreciamos, é que esse processo de transformação urbana é antes de mais nada um processo de exclusão, que abole a sociedade e os hábitos tradicionais. Que são tomados por mau gosto, por resquício passadista que deve ser eliminado. Que abole qualquer elemento de cultura popular do interior da parte urbanizada da cidade. Dessa forma as festas da Penha são isoladas, e as procissões não podem mais passar pelo centro da cidade. Os candomblés são sumariamente proibidos e criminalizados no código penal. Da mesma forma as pastorinhas e o carnaval passam a ser controlados. Sendo que antes do carnaval a polícia dá uma lista das fantasias que podem e das que não podem ser usadas. Os grupos populares são expulsos do centro e controlados para que não voltem.

O cosmopolitismo se torna agressivo, a ponto de quando as pessoas se cumprimentavam nas ruas, na época da 1ª Guerra Mundial, ao invés de dizerem o tradicional "boa tarde", "boa noite", diziam uma à outra "Vive la France". É um processo de embranquecimento, que demonstra mais uma linha política discriminatória e excludente, na medida em que os funcionários-chaves da administração eram sempre selecionados dentro do grupo étnico branco.

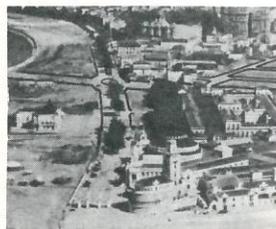
Havia também uma prática espúria de controle e ocultamento da dimensão negra da sociedade brasileira, sobretudo no contato com elementos estrangeiros. Isso era uma prática conduzida pelo Barão de Rio Branco no Itamarati. Dentre as pessoas havia um cuidado de não sair ao sol. Na Avenida que era o grande lugar do desfile, os passeios só se faziam no lado da sombra, de manhã de um lado, à tarde no outro. Ninguém evidentemente, tomava banho de mar. E todos de manhã cedo, era um hábito entre os mais jovens, entre os nubentes, tomavam um copo de vinagre em jejum, para provocar um embranquecimento da pele, uma palidez meio esverdeada que era tida como de alto bom gosto.

Portanto não há mais muralhas nessa cidade, elas não existem, tornam-se invisíveis. E no entanto nenhuma cidade já foi mais murada do que a cidade do Rio de Janeiro desse período, quem sabe até hoje. As muralhas tornam-se simbólicas e dividem a cidade racional da cidade do caos, a cidade do trabalho da cidade da indigência, a cidade da utilidade da cidade da inutilidade. E assim por diante, há um trabalho de ocultamento nessa cidade.

Por exemplo, o próprio trabalho se torna invisível, as fábricas são cercadas, são muradas e os trabalhadores não ficam mais em contato com o público. Antes as oficinas eram abertas, e havia ruas de oficinas, como a rua dos sapateiros e assim por diante, em que todos viam os trabalhadores e eles eram parte do público. A partir da instalação das fábricas, o espaço do trabalho é completamente circunscrito, e não se vê mais as pessoas trabalhando.

Os serviços básicos da cidade são feitos também em horários que não podem ser observados. O que é curioso é que as instalações da cidade não podem, também, ser observadas. Não se vê as redes de água, esgoto e gás. As elétricas são muito altas e as demais subterrâneas. Há um ocultamento dessa infra-estrutura produtiva. O trabalho, quando aparece, é também cercado por um outro elemento discriminador que é o uniforme. O uniforme é uma maneira de circunscrever um trabalhador, a partir de então ele não aparece como cidadão, como integrante da sociedade, mas como alguém imediatamente delimitado que pode ser controlado pelos demais, que deve fazer exatamente o que seu uniforme prescreve que ele faça.

Isso é significativo nas análises dos carros. O motor do carro, que é a parte que trabalha, é



R.J. — Esplanada do Castelo com o arruamento em execução.

R.J. — A linha partilhada representa a localização do antigo morro do Castelo.



cuidadosamente fechado, ninguém vê o motor, ninguém sabe rigorosamente como o motor trabalha. Por outro lado, os primeiros carros acompanhavam os antigos coches, o motorista ficava numa posição bastante elevada e exposta como os antigos cocheiros. E os que viajavam ficavam no interior de uma cabine fechada. Com o tempo, logo nos primeiros momentos da evolução dos automóveis, a coisa inverte-se o motorista passa a ser uniformizado e fica numa cabine fechada, que fica abaixo da parte posterior que é aberta e toda luxuosa e que expõe os viajantes, para serem publicamente observados. É o inverso da carruagem, o cocheiro é escondido e o viajante é apresentado e exibido.

No setor doméstico é a mesma coisa, se segrega ou se passa a segregar a criadagem doméstica pela uniformização e pela ocultação. A parte do trabalho se torna invisível. Surgem as entradas laterais, as escadas de serviço, os elevadores de serviço. O controle dos corpos também: há os corpos saudáveis e os não saudáveis. Os corpos saudáveis são os que apresentam a marca da vacina. E portanto devem ser controlados por aí e também pelos atestados de vacina. E os não saudáveis que não tem essas características não podem entrar na cidade e não podem ter os empregos que exigem a marca e o atestado.

O controle da segurança que exige o atestado de residência dentro da muralha. Veja bem a muralha não existe, mas a rigor o atestado de residência significa que o indivíduo tem residência nas partes onde se constroem residências. Por que, quem tem um barraco, não tem residência, não tem um atestado, não pode comprovar, não pode circular na cidade, não pode ter empregos da cidade. A rigor, não é sequer cidadão.

Portanto as muralhas ganham uma versão diversa e continuam existindo. Há pois um jogo de exclusão, de ocultamento, em torno disto, que cria uma semiologia do espaço urbano, que se organiza como um espaço cênico. Em que os espectadores são também atores.

Esse mesmo ilusionismo aparecia nos templos antigos, em que as portas se abriam e se fechavam automaticamente, para quem via de cima. Mas quem olhasse de baixo, estavam lá os escravos puxando as portas. É o mesmo tipo de ilusionismo que há no teatro, em que se vê a cena, mas não se vê os especialistas, os técnicos, que trabalham em volta, os que movem as cortinas, as luzes e o som. Que são na verdade a equipe sem o qual o teatro não existe, mas que jamais aparece, só se vê a cena. A mesma coisa com o vídeo da televisão, isto é bem lembrado num filme moderno: Metropolis, em que há uma civilização superior e uma civilização inferior. A de cima é a elite e a de baixo é a do trabalho. Ali o ocultamento aparece semanticamente revelado. Na nossa sociedade ele é invisível e no entanto ele existe.

Para concluir eu só quero dizer que a tencologia da exclusão, mudou de sentido, depois de um momento decisivo no Brasil, que foi 1917, a grande contestação, a grande confrontação dos dois grupos que estavam dentro e fora da muralha da cidadania, no do Rio de Janeiro (e São Paulo também). Chegou a um limite tal esta tensão, que leva a uma técnica diferente de cercamento que não é mais a de exclusão pelas muralhas, mas a da inserção controlada. Inserção desta população através dos estádios de futebol, através das escolas, das festas cívicas, religiosas, dos espaços urbanos reservados às reuniões, dos teatros e assim por diante.

Hoje em dia, nós vemos, sobretudo no Rio de Janeiro, no caso do Maracanã ou do Sambódromo, que são espaços para controlar os que não tem espaço e que dão a ilusão aos que não tem espaço de que também, têm o seu espaço. O Camelódromo é o suprasumo deste refinamento, porque organiza a desorganização por excelência, que são as pequenas profissões da sobrevivência cotidiana, dos pequenos camelôs que vivem de expedientes e que agora vivem de expedientes dentro de um espaço reservado a viver de expedientes.

Como aqui em São Paulo, que é esta ironia de colocar mecanismos de controle da poluição dentro dos bairros que ficam ao lado das fábricas em Cubatão. E colocar esgotos dentro das comunidades que ficam sobre os pântanos lá em Cubatão. Isso dá às pessoas a sensação de que elas têm um espaço mas o que ocorre na realidade é que elas internalizam a sua muralha. Ao invés de termos muralhas impostas, temos muralhas voluntárias, que se constroem em torno da própria imaginação e do próprio desejo de cidadania dos pseudo-cidadãos.



R.J. — Bairro da Glória. Novos jardins criados sob a administração de Antonio Prado Jr.